

EXPANSÃO DA MANCHA URBANA E SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES NA PERIFERIA DO RECIFE

Camilla Aryana da Silva Monte¹
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO – UFPE)
Camillamonte15@gmail.com

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Docente UFRPE
E-mail:mariana.zerbone@ufrpe.br

GT 09 – Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea.

RESUMO

A cidade do Recife sempre teve em seu processo de surgimento e crescimento a problemática constante da moradia, passando por diferentes processos de ocupação por meio da população, seja ela carente ou elite, este processo se intensifica atualmente no sentido a oeste da cidade, atingindo as regiões de mata protegidas por Lei, tendo como objetivo deste trabalho compreender os processos e as transformações que estão ocorrendo nos bairros localizados nas bordas da cidade do Recife a partir do processo de ocupação e expansão da mancha urbana frente a diminuição dos espaços naturais da cidade, para tal, foi utilizado a leitura de material com os principais conceitos abordados nesta pesquisa e o uso de material disponibilizado em meio eletrônico como mapas e imagens de satélite.

Palavras-chave: Cidade do Recife; Área verde; Produção do espaço.

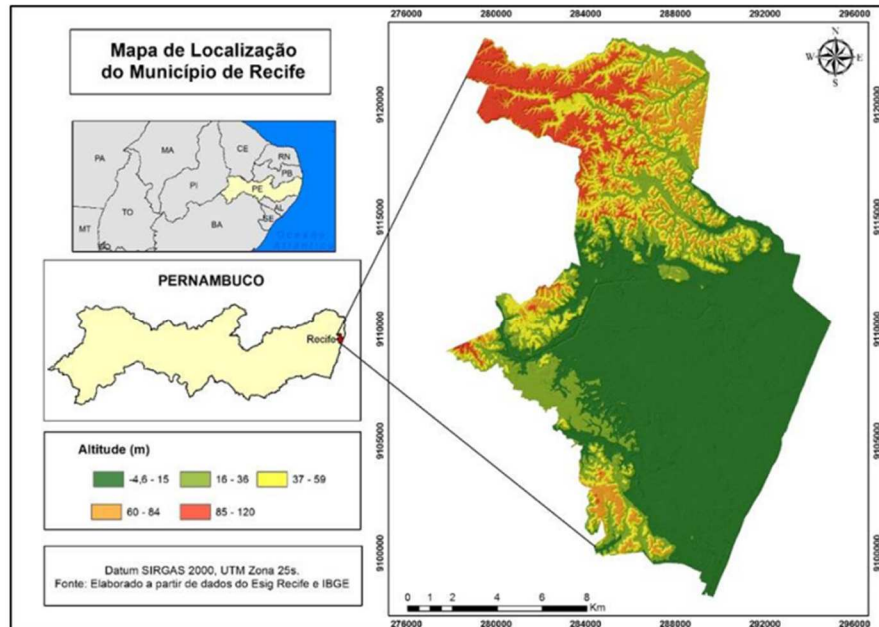
INTRODUÇÃO

O sítio original do Recife é constituído por uma planície flúvio-marinha a leste, e um colar de morros e tabuleiros ao norte e à oeste. (Figura 1). Josué de Castro (1945) chama essa planície de baía entulhada, visto que esta foi formada pelo acúmulo de sedimentos provenientes dos rios que vão em direção à costa, e dos sedimentos depositados pelo movimento marinho. Essa planície é cortada por vários rios, tendo como principal o rio Capibaribe, mas também os rios Beberibe, Tejipió, Pina, Jordão, e outro canais que se ramificavam pela planície. Por ser uma planície alagada na costa do Nordeste brasileiro, os principais tipos de vegetação são de

¹ Orientação: Edvânia Torres Aguiar Gomes/UFPE

mangue e restinga. Na porção mais elevada a oeste a principal vegetação característica é a mata atlântica, cercando toda a planície.

Figura 1: Mapa topográfico da cidade do Recife.



Fonte: SANTANA, 2019.

Durante todo o processo de ocupação do Recife, este sítio original vem sendo modificado, desde aterros de áreas de mangues, anexação das ilhas ao continente, supressão da vegetação de mangue, restinga e mata atlântica, canalização de rios, ocupação das encostas dos morros, com a finalidade de criação de terras para a expansão urbana. Diante disto, atualmente, os resquícios de vegetação na área do município se restringem a alguns bolsões na área central, e uma faixa na área periférica da cidade.

O Município do Recife é relativamente pequeno para o tamanho da sua expansão e especulação imobiliária, que tende a ocupar todos os espaços “livres” na cidade. Essa expansão tem se encaminhado para a periferia, e ameaçando cada vez mais os resquícios de vegetação, mesmo que esta esteja protegida em Unidades de Conservação (UC) ou Zonas de Preservação Ambiental (ZEPA). Por conta da necessidade de busca de novas terras para a habitação e por consequência, a expansão do urbano, é perceptível um movimento em direção a essas terras

localizadas nas bordas da cidade e que carregam em suas delimitações resquícios principalmente de mata atlântica.

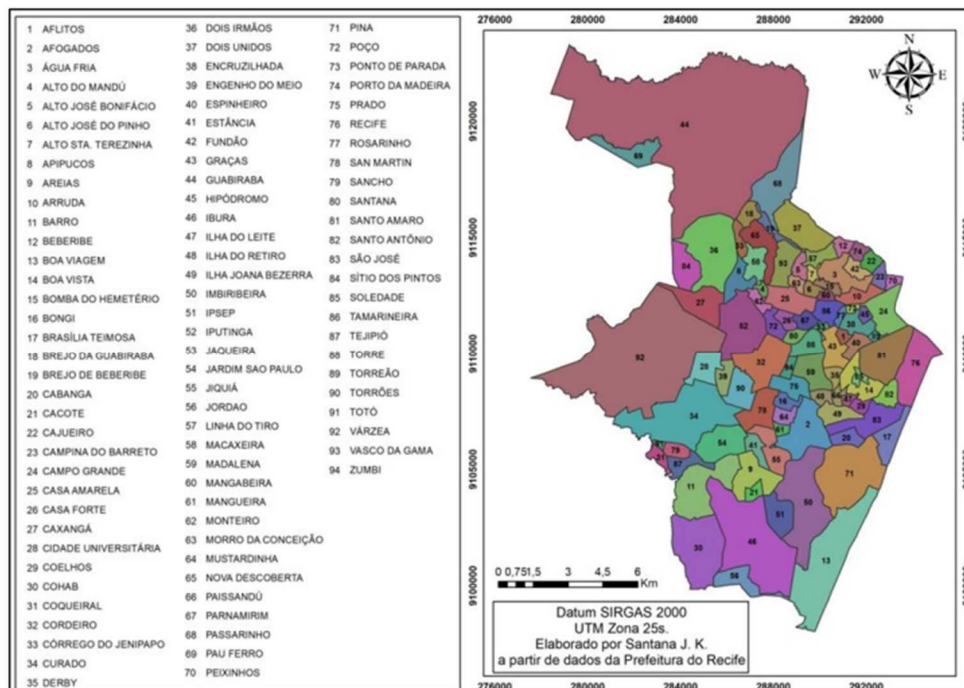
É a partir desta análise que surge essa pesquisa, com o objetivo geral de buscar compreender os processos e as transformações que estão ocorrendo nos bairros localizados nas bordas da cidade do Recife a partir do processo de ocupação e expansão da mancha urbana frente a diminuição dos espaços naturais da cidade. Tem-se como objetivos específicos: analisar os usos do passado e do presente nesses bairros; identificar os vetores da expansão imobiliária sobre as áreas verdes desses bairros; identificar as principais transformações nas áreas analisadas e nos zoneamentos dos planos diretores.

Buscando concretizar essa pesquisa, a metodologia utilizada foi a revisão teórica, revisão bibliográfica sobre o Recife, análise de documentos oficiais como os Planos Diretores da cidade, a análise de imagens de satélites disponibilizadas por meio eletrônico como Google Maps, Google Earth e a ESIG Recife, além da leitura de mapas e cartas, buscando dessa forma, analisar as mudanças ocorridas no local abordado e compreender quais as transformações que ocorreram quando analisa-se o passado e o presente.

1 A OCUPAÇÃO INICIAL DO RECIFE

O século XX marca o processo de expansão da ocupação urbana na cidade do Recife. Até início do século, sua ocupação urbana estava restrita aos bairros centrais, de Recife, São José, Santo Antônio, Boa Vista, Santo Amaro e Afogados. As áreas mais afastadas do centro, nos chamados arrabaldes, eram ocupados por sítios, engenhos, casarões, vilas e também algumas fábricas de tecido nas zona oeste e norte. A zona sul, principalmente a zona litorânea, era formada por casas de pescadores e posteriormente por casas de veraneio, e também era presente uma significativa quantidade de manguezais e faixa de praia. A partir da década de 1920 inicia-se o processo de expansão urbana para essas áreas fora do centro, e na década de 1930 o município de Recife passou a ter a dimensão atual, e foram instituídos os bairros.

Figura 2: Mapa de localização dos bairros do Recife.



Fonte: SANTANA, 2019.

O início da ocupação da cidade do Recife ocorreu em duas vertentes, a partir do seu interior com a instalação dos engenhos do açúcar e as casas de veraneio de uso sazonal e da área central, do porto da cidade, de onde era escoado o açúcar produzido no interior, observando neste momento a relação presente entre centro e interior da cidade, essa ocupação ocorria na área de planície da cidade, utilizando a proximidade com os rios, para irradiar-se, já que este era utilizado para a agricultura e transporte com o uso de barcos. A partir da instalação do engenho, ocorria o surgimento de vilas nas suas proximidades, muitas dessas vilas deram origem aos atuais bairros da cidade.

No século XIX a ocupação na área central do Recife estava consolidada, enquanto no interior as vilas e povoados cresciam com o passar dos anos, entretanto, o crescimento da cidade neste período ocorreu a partir do centro em direção ao interior, utilizando como fator de crescimento a melhoria nos meios de locomoção (VASCONCELOS e SÁ, 2013).

A ocupação da cidade do Recife desde sua gênese não ocorreu de forma homogênea e isto, já evidencia um processo de segregação socioespacial, visto posto que no início do século passado as áreas próximas do centro eram mais valorizadas e tinham o seu valor de uso maior

do que em regiões mais distantes. Entretanto, até a década de 1930 observa-se que uma ocupação na área central da cidade formada por uma população carente que residia nos mocambos, que eram residências de baixo padrão construtivo localizadas nas áreas centrais da cidade do Recife no início do século XX, construídas com palha e outros materiais de baixo custo pela população que não provinha de condições financeiras para residir em outros locais da cidade (SANTANA, J. 2019), para que se tenha uma noção em 1939 65% das habitações do Recife eram mucambos, onde abrigavam 48% da população da cidade (SOUSA, 2022)

Esses mucambos são construídos, via de regra, nas terras menos valorizadas do Recife, nos alagados, nos mangues, nos terrenos de maré. O fator econômico, constituem, pois, um fator de localização de certos bairros da cidade, naquelas áreas inaproveitáveis sem grandes trabalhos de engenharia, para construções de melhor categoria. (CASTRO, 1945, p. 153)

Figura 3: Planta da cidade do Recife em 1906, com ocupação concentrada em sua área central.



Elaboração: Douglas Fox, 1907.
Fonte: MENEZES, 2016.

Figura 4: Mocambos da cidade do Recife



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.
Disponibilizado: blog Direto da Redação

Observa-se que neste período ocorria o início da transformação da cidade do Recife, a cidade predominantemente rural com a presença dos engenhos e das casas de veraneio utilizadas em sua grande maioria como um local de descanso e cura de enfermidades tomando banhos nas águas medicinais que banham a cidade, agora começa a ser apagado com o crescimento urbano da cidade por meio das residências precárias instaladas na gênese do espaço urbano da cidade e partindo em direção para outras regiões antes inabitadas.

A partir dessa falta de terras para a moradia, a cidade irá crescer radiando para outros bairros mais distantes, mas que podem se conectar com o centro, como Ilha do Leite, Santo Amaro e Casa Amarela. Com o intuito de urbanizar a cidade e com base na reforma higienista

que já ocorria na cidade do Rio de Janeiro, o Recife inicia a limpeza da cidade e busca modernizá-la e realizar reformas urbanas. Dentre as mudanças direcionadas para a cidade foi proibido a partir de 1939 a presença e a construção de mocambos na cidade do Recife, o que acabou por gerar um processo migratório da população mais abastada em direção a áreas com o preço da terra mais baixo, é neste momento que se inicia a ocupação das áreas de morros da cidade do Recife, ocorrendo o maior destaque para a zona norte da cidade (SANTANA, J. 2019).

2 A OCUPAÇÃO PERIFERICAS DOS MORROS E DOS HABITACIONAIS

A partir da década de 1940 ocorre uma intensificação dos moradores nas áreas de morros da zona norte da cidade, construindo nessa região novas residências de baixo custo construtivo e precárias construídas muitas vezes pelo próprio morador. Engana-se quem pensa que o crescimento das primeiras periferias da zona norte ocorreu de forma desordenada, os primeiros assentamentos estavam próximas as vias locais e as áreas de comércio já existentes. É importante ressaltar que também ocorreu uma ocupação da classe média nesta região norte, entretanto, essa população concentrou-se nas áreas planas do território, enquanto os mais carentes subiam direção aos morros (FRANCISCO, 2013). A população carente subiu em direção aos morros, cresceu de forma espontânea e sem nenhum planejamento urbano ou atenção do Estado, ocupou a sua área tabular e desceu as suas encostas. Eram nos morros considerados inapropriados para a ocupação que a população mais carente irá subir para residir, será para os morros que os antigos mocambeiros irão subir, a partir da década de 1950 – 1960 (BERNARDES, 2013)

Como essas colinas eram mais difíceis de urbanizar que a planície adjacente, e eram geralmente consideradas, pelo poder público, impróprias à ocupação residencial convencional, elas foram, ao longo do século XX, deixadas de lado pelo urbanismo das classes privilegiadas e, em decorrência disto, passaram a constituir um meio propício à urbanização espontânea que os pobres têm sido forçados a efetuar. (SOUSA, 2022, p. 30)

Figura 5: Vista aérea da ocupação do Morro da Conceição (zona norte) da cidade na década de 1970



Fonte: CODEPE/FIDEM
Disponibilização: Revista.algomais

Há um destaque para o papel do Estado quando se analisa as construções por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) em bairros mais distantes do centro, realizando um movimento que já estava ocorrendo em nível nacional (ALMEIDA, 2019), essas construções estavam direcionadas para populações mais carentes, essas construções estavam direcionadas para a população de classe média e baixa que necessitava realizar o financiamento do imóvel e não poderia residir em áreas de alto padrão imobiliário, como os bairros já consolidados e densamente povoados localizados na zona costeira da cidade.

Figura 6: Crescimento da cidade do Recife, em marrom sua área urbana e em amarelo e vermelho residências que surgiram a partir do Banco Nacional de Habitação.



Fonte: Almeida, 2019.

E essa ocupação cresce e se adensa cada vez mais, sem a atenção do Estado e em busca de áreas com o valor mais baixo para residir, a população periférica do Recife sobe os morros, desce as suas encostas e ocupa áreas de risco, com propensos deslizamentos de terra, enquanto os olhares atentos dos governantes e do Estado se direcionam para as áreas mais rentáveis da cidade.

É na década de 1980 que serão criadas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que visam proteger áreas periféricas de possíveis interesses do poder especulativo imobiliário. As ZEIS são áreas de adensamento precário e espontâneo, ocupadas por pessoas de baixa renda, onde visa-se dar uma moradia digna a esses moradores, com o objetivo de realizar melhorias urbanísticas e regularizar os assentamentos.

3 A VERTICALIZAÇÃO (OCUPAÇÃO DAS ELITES)

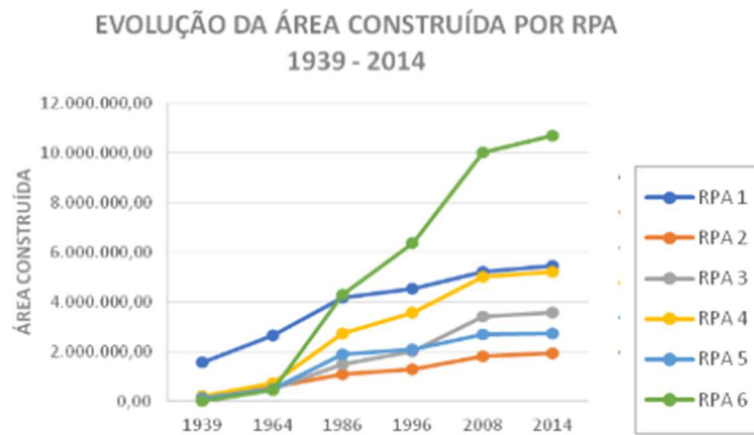
Além deste movimento da população mais carente em direção as áreas de morro, observa-se nas áreas litorâneas, na zona sul da cidade, como o bairro de Boa Viagem, um processo de ocupação motivado por instalações de casas de veraneio pela elite recifense. A partir da segunda metade do século XX, os bairros litorâneos tiveram uma aceleração do adensamento urbano atrelado ao processo de verticalização (SILVA, 2015), um dos motivos para esse aumento da construção foi motivado pelas sucessivas cheias do rio Capibaribe das décadas de 1960 e 1970 ocorrida na cidade do Recife (PLANO DIRETOR DO RECIFE, 2019).

Desde o século XIX nas metrópoles brasileiras, cada uma à sua maneira, os agentes hegemônicos se deslocam para um ponto específico da cidade, criando uma concentração elitista em uma mesma região. No Recife, a ocupação irregular dos bairros é uma característica marcante do processo de urbanização da cidade, que teve início na zona oeste e se consolidou na zona sul. (NOVAES et al, 2016)

Quando se analisa o crescimento dos bairros da cidade a maior parte cresceu de forma gradual, com exceção dos bairros da zona sul, intensificado nas décadas de 1970 e 1980, entretanto, já existia na década de 1950 um incentivo por meio do Estado para o maior adensamento dessa área a partir da criação do saneamento básico para os bairros de Boa Viagem e Pina, além da modificação do transporte urbano utilizado e a instalação de novas iluminarias nos bairros, incentivando assim, a sua crescente ocupação por meio da população, entretanto, é importante frisar que o crescimento dos bairros da zona sul ocorrem concomitantemente ao crescimento dos morros da zona norte, mas o planejamento urbanístico e a atenção do Estado é direcionada para apenas um, fato que comprova isto é o crescimento da verticalização em áreas de mangue, atualmente muito valorizadas, mas que no passado eram ocupadas pelos mocambos (BERNARDES, 2013).

Observa-se um maior adensamento construtivo nos bairros localizados nas Regiões Políticas Administrativas (RPA's) 01, 02, 06 e 05, é na RPA 6 que estão localizados os bairros de Boa Viagem e Pina, enquanto nas RPA's 03 e 04 localizados na área noroeste tem um menor adensamento, visto posto que as suas construções são antigas datadas grande parte até 1939, este fato é o resultado da fuga da população mais carente que residia nos mocambos e partem em direção as áreas de morros da cidade.

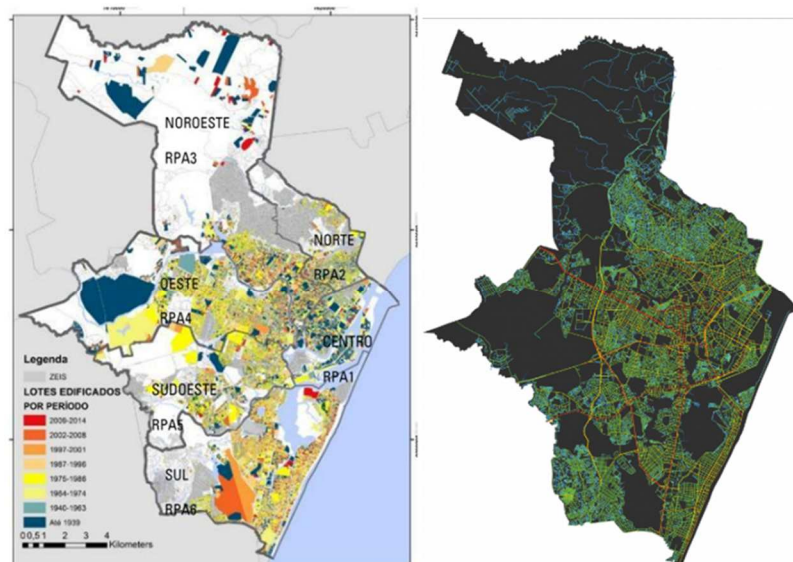
Figura 7: Gráfico da evolução da área construída por Região Política Administrativa



Fonte: Prefeitura do Recife, 2020

Corroborando para o processo de crescimento populacional urbano da cidade do Recife temos o êxodo rural que ocorreu em direção a cidade em meados da década de 1980, com esse fluxo migratório observa-se uma maior ocupação em áreas periféricas da cidade, motivado pelo preço da terra, para se ter em ideia em 1960 a população recifense girava em torno de 700 mil habitantes, enquanto em 1980 a população recifense já alcançava números superiores a 1.200.000 habitantes (ALMEIDA, 2019).

Figura 8: Processo de ocupação da cidade do Recife.



Fonte: PREFEITURA DO RECIFE, 2020 e INCITI, 2022.

(Elaboração própria)

Desde a década de 1980 à década de 2000, a especulação imobiliária por parte das construtoras e incorporadoras, se deu nos bairros de maior renda, como Boa Viagem na zona sul, e os bairros da margem esquerda do rio Capibaribe na zona norte da cidade, como Derby, Graças, Espinheiro, Aflitos, Jaqueira, Tamarineira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro e Apipucos. Com a criação da Lei de número Lei nº 16.719 em 2001, popularmente conhecida como lei dos 12 bairros, a outras áreas da cidade passaram a ser alvo da especulação imobiliária, visto que estes 12 bairros da zona norte passaram a ter restrição no limite dos gabaritos.

Figura 9: Processo de verticalização na cidade do Recife, destaque para ao fundo com a presença de prédios na faixa litorânea da cidade.



Fonte: Autora, 2022.

A partir desta restrição de construção nos ditos “bairros nobres”, o mercado imobiliário busca outros bairros menos valorizados ampliando a especulação para a periferia, reproduzindo a substituição de uma paisagem horizontal pela verticalizada, pressionando as áreas verdes da cidade com o deslocamento de condomínio horizontais e loteamentos nas margens das unidades de conservação e ZEPAs do Recife.

4 A PRESSÃO IMOBILIÁRIA NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE

A partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Recife de 1996, compreende-se como área verde: “toda área de domínio público ou privado, em solo natural, onde predomina

qualquer forma de vegetação, distribuída em seus diferentes estratos: Arbóreo, Arbustivo e Herbáceo /Forrageira, nativa ou exótica”. As áreas verdes estão distribuídas em todo o espaço da cidade sejam elas públicas ou privadas.

A partir de dados obtidos pela Prefeitura do Recife (2022) cidade do Recife é totalmente urbanizada sem ter em seu território dessa forma, espaços rurais. Entretanto, não podemos dizer que na cidade não há espaços naturais, a cidade tem em seu território o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP) divididas em quatro grupos: Jardim Botânico, Unidades de Conservação de Paisagem (UCP), Unidades de Equilíbrio Ambiental (UEA) e as Unidades de Conservação Natural (UCN’s). Segundo a Prefeitura do Recife, as Unidades Protegidas são aquelas que contenham em sua delimitação mata, mangue, curso ou corpo d’água, além aquelas áreas de interesse ambiental e preservação.

Dentre as unidades de proteção mencionadas acima, haverá um enfoque principal para as 25 Unidades de Conservação Natural presentes em 38% do território recifense que equivale a aproximadamente a 8.422 hectares distribuídas em 39 bairros.

Como ocorre nas diversas áreas urbanas do mundo, o crescimento humano e a sua concentração ampliam a necessidade da utilização dos recursos naturais, levando ao aumento da escassez destes recursos, à degradação ambiental e à perda gradativa da biodiversidade. Diante dos agravamentos dos problemas ambientais do século XX, diversos países, estados e municípios sentiram a necessidade de criar instrumentos legais, visando a proteger os ambientes e regular o uso da terra. Dentre estes instrumentos, estão as áreas protegidas, no Brasil chamadas Unidades de Conservação (UCs). (PREFEITURA DO RECIFE, 2022, p. 12)

As Unidades de Conservação Natural são áreas de proteção integral que não permitem a interação humana e apenas o seu uso de forma indireta ou sustentável, que permite a exploração desde que mantenha os recursos ali presentes. Fazem parte também das UCN’s a Área de Proteção Ambiental (APA) e a Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) ambas de uso sustentável.

As UCN’s além de proteger e resguardas as reservas de mata atlântica presentes em território recifense ainda tem como ponto relevância a melhoria na qualidade de vida dos

recifenses a partir da melhora da qualidade do ar com a maior presença de vegetação, amenização da temperatura, proteção de recursos hídricos, dentre outros.

Figura 10: Unidades de Conservação da Natureza da cidade do Recife



Fonte: Prefeitura do Recife, 2020.

Engana-se quem pensa que por serem áreas protegidas não ocorre a sua ocupação. É perceptível por meio de análise de imagens de satélite a presença de diferentes ocupações, muitas sendo irregulares em locais de encostas realizadas por pessoas que não conseguiram ocupar as áreas centrais da cidade no seu processo de urbanização e precisaram migrar para regiões mais longínquas.

A cidade do Recife cresceu e radiou para diferentes localidades da cidade, ocupando todas as regiões presentes em sua delimitação, entretanto, essa ocupação não ocorreu de forma uniforme e contínua, a prova disto é a incipiente ocupação presente na área a oeste da cidade, gerada pela concentração de cordão verde na região. .

O cordão verde da cidade do Recife tem em suas delimitações Unidades de Conservação Ambiental e a presença de residências, esparsadas em toda a sua extensão territorial. Essa região é uma Zona de Ambiente Natural (ZAN).

Localiza-se na porção oeste do município com predominância de áreas não urbanizadas e forte presença de remanescentes de matas nativas e Unidades de Conservação da Natureza (UCN), cujos parâmetros

urbanísticos serão definidos por Planos de Manejo, atualmente em elaboração.. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008)

A ocupação desses bairros foi iniciada nos séculos passados, motivados muitas vezes pelos engenhos do açúcar encontrados no local, mas foi somente no século XX que se consolidaram como bairros com as dimensões que carregam até os dias atuais.

Por conta da distância entre a área abordada e o centro da cidade observa-se isto como um fator limitante para a sua ocupação, entretanto, é um fator atrativo para que eles não podem pagar o preço de uma residência na área central da cidade, a migração em direção as regiões mais longínquas têm como pano de fundo a disponibilidade de terrenos e residências de valor mais baixo, o que acaba por atrair aqueles que não tem como arcar por uma residência em outra localidade. Neste caso, o que limita, atrai.

A periferia urbana tem sido usualmente considerada como aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano. Trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui: a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo; b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização. (CORRÊA, 1989, p. 76)

Dados da Prefeitura do Recife (2020) mostram que a ocupação nesta área abordada na pesquisa só tornou-se mais efetiva a partir da década de 1980 e elevou a um novo patamar construtivo a partir de 2008, esse crescimento ocorreu a partir da população mais carente e também mediante a especulação imobiliária. O crescimento da mancha urbana recifense ocorre em direção a área de mata preservada a oeste da cidade, ocorrendo assim, o seu desmatamento, a imagem abaixo evidencia esse crescimento pela população mais carente em um dos bairros localizados na região.

Figura 11: Esquema evidenciando o processo de ocupação urbana por meio da expansão de residências no bairro de Sítio dos Pintos.



Fonte: ESIG Recife, 2022. (elaboração própria)

A imagem acima retrata o processo de expansão da mancha urbana por meio de residências populares que iniciam o processo de desmatamento visando construir as suas residências em uma localidade com o custo de vida inferior a outros bairros da cidade. Em contrapartida, observa-se também a atuação do Estado por meio da modificação da legislação vigente onde busca facilitar o processo de especulação imobiliário por meio dos produtores do Estado (CORRÊA, 1988).

Ademais, no extremo oeste do município possivelmente devido à proximidade ao campus da Universidade Federal de Pernambuco, e em alguns bairros da região sudoeste, existe um embrionário mercado imobiliário residencial voltado para as classes de rendimento médio. (PREFEITURA DO RECIFE, 2020, p. 53)

Um dos artifícios utilizados pela Prefeitura do Recife para a produção do espaço dessa área é a elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação, esse plano tem como objetivo realizar um levantamento de suas principais características e possíveis usos visando a conservação ambiental de sua área.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ANTIGA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	ATUAL LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA de 2020
ARIE capivaras	<i>Decreto 22.326/06</i> Gabarito máximo de 24 metros	<i>DECRETO Nº 33.677/2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
Apipucos	<i>Decreto 22.460/06</i> Gabarito máximo oscilando entre 7 e 10 metros a depender da área.	<i>DECRETO Nº 33.729/2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
APA Beberibe	<i>DECRETO Nº 23.804</i> Gabarito máximo de 7 metros.	<i>Decreto nº 35051/2021</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 15 metros.*
Caxangá	<i>DECRETO Nº 26.601</i> Não é permitido o parcelamento do solo	<i>DECRETO Nº 33.675/2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
ARIE Curado	<i>Decreto 23815/08</i> Gabarito máximo de 7 metros.	<i>Decreto nº 33.827/2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
ARIE Dois Irmãos	<i>Decreto 23.807/08</i> Gabarito máximo de 7 metros.	<i>Decreto nº 35050/2021</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
ARIE Iputinga	<i>Decreto 23.810/08</i> Não permite atividades que não sejam de desenvolvimento sustentável	<i>Decreto 34005/2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 15 metros.
Mata das Nascentes	<i>Decreto 23.814/08</i> Não será permitido o parcelamento do solo	Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
APA Sítio dos Pintos	<i>DECRETO Nº 23.818 DE 23 DE JULHO DE 2008.</i> Gabarito máximo de 7 metros.	<i>Decreto nº 33.676 de 20 de maio de 2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.
APA Várzea	<i>Decreto 23815/08</i> Gabarito máximo de 7 metros.	<i>Decreto nº 33824/2020</i> Liberação para a construção com gabarito desde que não ultrapasse 24 metros.

*Plano de Manejo realizado em 2021

Com a tabela acima é perceptível a mão do Estado agindo para os interesses do capital imobiliário privado, onde a partir da liberação por meio de decretos para a construção em uma

área protegida por Lei, acabando por viabilizar e facilitar o acesso a construção. Dessa forma, é de se esperar que o cordão verde ainda presente na cidade do Recife acabe por diminuir a partir da especulação imobiliária realizada pelos grandes produtores do espaço.

Observa-se dois diferentes processos, a expansão por meio da construção de residências pela população de baixa renda onde por muitas vezes levam a culpa pela degradação da natureza a partir da sua ocupação sobre isso, Bitoun (2003, pág. 303) expõe: “em geral, fortaleceu-se, renovando-o, o velho processo feito aos moradores pobres acusados de comprometer a qualidade ambiental da cidade”.

E do outro lado está a população de classe média e alta, que tem o desmatamento legitimado pelo governo a partir da liberação para a construção. A ocupação desta área que tem terrenos mais baratos e majoritariamente ocupada pela população de baixa renda acabará tornando-se mais um bairro onde essa população carente não poderá residir, resultando em uma expulsão dessa população para outros bairros ou para fora dos limites da cidade.

Figura 12: Expansão da urbanização em direção as áreas verdes da cidade, nessa imagem, o bairro da Várzea e ao fundo a APA de mesmo nome.



Fonte: Autora, 2019.

No processo de produção do espaço das cidades capitalistas observa-se transformações espaciais que visam atender aos interesses daqueles que produzem a cidade, um exemplo disto é a partir da valorização de áreas periféricas por meio da expansão da área urbana.

A cidade é mercadoria, e os seus atrativos também, as suas áreas verdes e tê-las em sua delimitação para os produtores imobiliários não apenas os atrai, mas os incentiva a produzir neste espaço, inserindo em seus anúncios para a venda das residências o contato com o verde, um espaço que se aproximaria do rural dentro dos limites do urbano, é estar na cidade e fora dela.

A questão que permeia é se apenas a produção do espaço mediatizada pelos produtores do espaço é legítima e não aquela realizada espontaneamente por aqueles que necessitam de uma residência em um terreno barato para residir. Enquanto uma ocupação é legitimada a outra é marginalizada.

CONSIDERAÇÕES

O crescimento da cidade do Recife desde sua gênese ocorreu de forma segregadora, as evidências disto são os processos que ocorreram no passado: residências de alvenaria X mocambos, e as que ocorrem até os dias de hoje ocupação verticalizada litorânea X ocupação periférica dos morros e a mais recente, a ocupação em direção as áreas protegidas, ocupação esta que ocorre sem discriminação de classe social, entretanto, apenas uma classe social legitimada e protegida pelo Estado.

A cidade do Recife cresceu de forma espontânea e sem urbanização para a população carente mas, organizada, planejada e com olhar atento e o aval do Estado para aquela população que pode pagar por uma residência em bairro valorizado ou com os atrativos que buscam negar os problemas urbanos mas sem estar distante dos fatores atrativos do urbano.

Buscando valorizar áreas que antes eram esquecidas como os bairros próximos as áreas de verde da cidade, o Estado acaba por empurrar a população periférica para áreas de vulnerabilidade ambiental, onde poderá vir a ocorrer enchentes e deslizamentos de terra, não sendo isto, culpa da população que reside nesse espaço, mas sim, do Estado que nega atenção para a população mais vulnerável da cidade.

O planejamento urbano é a chave para o melhor ordenamento da cidade e do urbano, planejamento este realizado pelo Plano Diretor que deve ser direcionado para a cidade e não apenas para as delimitações que convém ao poder privado e ao Estado, é importante levantar mais uma vez o questionamento “Cidade para quem?”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.; GOMES, E. Reflexão sobre os vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

ALMEIDA, Bruna Camila Lima de. **O desafio de sanar o déficit habitacional na Região Metropolitana do Recife: um olhar sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

BERNARDES, D. O Recife, o caranguejo e o viaduto. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

BITOUN, Jan. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTRO, J. A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana. 2 Ed. São Paulo: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1945.

CORRÊA, R. A periferia urbana. Revista GEOSUL, 1986.

CORRÊA, R. O espaço urbano. São Paulo. Ed. Ática, 1989.

FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

MELLO, J. Capunga: crônica de um bairro recifense. : MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. (Org.). O Recife: quatro séculos de sua paisagem. Pernambuco: Editora Massangana, 1992. cap. 21, p. 263-281.

MELO, M. Metropolização e subdesenvolvimento o caso do Recife. Pernambuco: UFPE, 1978.

MELO, M. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba: 2. Ed. Pernambuco: Cepe, 2012.

MENEZES, J. Atlas histórico e cartográfico da cidade do Recife. Recife: Editora Massangana, 2017

NOVAES, F. L. *et al.* Um histórico de segregação recifense: o Córrego da Fortuna, Recife – PE. In: Revista Rural & Urbano, Recife. v. 01, n. 01, p. 192-199, 2016

OLIVEIRA, T. H. *et al.* Análise da Variação Espaço-Temporal das Áreas Verdes e da Qualidade Ambiental em Áreas Urbanas, Recife-PE. In: Revista Brasileira de Geografia Física, Vol. 07, N. 06 (2014) 1196-1214.

PAZ, UBIRAJARA FERREIRA. **Gestão de áreas verdes públicas na cidade do Recife, Pernambuco – Brasil**. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Pernambuco, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 2016.

SANTANA, J. Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, 2019.

SOUSA, A. Do mocambo a favela (livro eletrônico). 2ed. João Pessoa, 2022.

VASCONCELOS, T.; SÁ, L.. A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife; 1º Simpósio de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, 2011.

Diário de Pernambuco: A pobreza como cartão postal. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2017/03/28/a-pobreza-como-cartao-postal/>> Acesso em 15 de maio 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. Diagnóstico Propositivo do Plano Diretor da Lei de Parcelamento e da Lei de uso e ocupação do solo, 2019.

PREFEITURA DO RECIFE. Estratégia de planejamento e gestão das unidades de conservação da natureza do Recife. Disponível em: <<https://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/PLANO%20DE%20MANEJO%20-%20Outubro-2018.pdf>> . Acesso em 20 de maio.2022.

PREFEITURA DO RECIFE. Unidades de Conservação Municipais. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/UNIDADES-DE-CONSERVA%C3%87%C3%83O-MUNICIPAIS.pdf>>. Acesso em 20 de maio. 2022.

Revista.algomais: 5 imagens do morro da conceição de antigamente. Disponível em: <https://revista.algomais.com/5-imagens-do-morro-da-conceicao-antigamente/> Acesso em 15 de maio 2022